

Fusão de municípios reduz gastos, diz OAB

Presidente de comissão da Ordem, Cláudio Colnago defende que medida pode contribuir para economizar, mas esbarra na legislação

Ricardo Aloífi

O presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Cláudio Colnago, declarou que a fusão de municípios pode contribuir para a economia de recursos em administrações que passam por dificuldades financeiras, mas acredita que a medida seja inviável juridicamente.

Segundo ele, a junção de municípios reduz a máquina pública, o que ajuda a economizar recursos, entretanto dificulta a fiscalização.

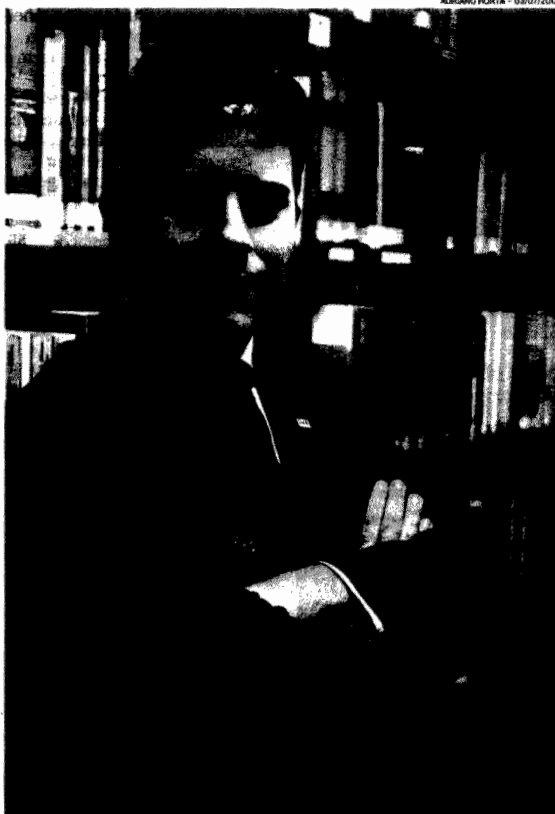
"A fusão dos municípios reduz os gastos públicos", diz. Do ponto de vista econômico, ele acredita que os poucos recursos podem ser direcionados para os serviços essenciais à população. "Isso só ocorreria se o município estivesse numa situação bastante crítica".

Esta semana, o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim, declarou que a fusão de municípios pode ajudar as prefeituras a contornar a crise econômica.

Cláudio, porém, explicou que, pelo viés jurídico, qualquer fusão de municípios no momento seria considerada irregular, já que não há lei federal que regule o trâmite, tanto de fusão quanto de criação de novas cidades.

"O Congresso chegou a aprovar lei no ano passado, mas foi vetada pela presidente Dilma Rousseff (PT), que entendeu que poderia haver aumento de gastos na criação de novos entes municipais."

Sobre o trâmite, explicou: "A fu-



CLÁUDIO COLNAGO: "Do ponto de vista cultural, temos resistência à fusão"

são é feita por meio de lei estadual, um plebiscito de consulta à população e um estudo de viabilidade. O problema é que esbarra na lei complementar federal que foi vetada integralmente", disse.

CULTURA

Para Cláudio, a fusão de municípios esbarra ainda em outras questões, inclusive culturais. "Do ponto de vista cultural, temos resistência da população na fusão. Do ponto

de vista político, o medo de grupos de perder o poder de atuação".

Ele ainda frisou que é contra a criação de novos municípios neste momento de crise e queda de arrecadação que o Estado enfrenta.

Cláudio acredita que a melhor forma de driblar a queda de arrecadação é ter convênios entre os municípios. "As prefeituras podem firmar convênios e compartilhar serviços. Com isso, há uma redução de gastos na contratação", explicou.

Ministério Público de Contas pede devolução de R\$ 121 mil

O Ministério Público de Contas (MPC) pediu a reprovação das contas da Câmara da Serra de 2008 e a condenação do presidente da Casa naquele ano, Aloísio Santana.

Ele teria realizado despesas indevidas e contratado serviços de assessoria para atividades permanentes do Legislativo. Se condenado, Aloísio terá de ressarcir os cofres públicos em R\$ 121.257,45.

Ele teria contratado assessoria para atividades próprias do cargo de procurador e da comissão permanente de licitação, um montante de R\$ 98 mil.

Além disso, o ex-presidente da Câmara teria gasto indevidamente



ALOÍSIO: suspeito de irregularidade

com a manutenção de veículos com 21 mil quilômetros rodados, que ainda não tinham passado por revisão gratuita. Teria ocorrido compra de peças indevidamente para os veículos. O total passível de ressarcimento é de R\$ 23.257,45.

A área técnica do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) encontrou ainda outras seis irregularidades na gestão de Aloísio, como contratação excessiva de estagiários, ausência de orçamento prévio em licitações, entre outros.

Um reportagem de A Tribuna tentou contato telefônico com Aloísio durante a tarde e a noite de ontem, mas ele não foi localizado até o fechamento desta edição.

PLENÁRIO

plenario@redetribuna.com.br

Dilma e seu dia de cão

A análise dos vetos presidenciais a projetos que podem fazer sangrar, ainda mais, os cofres públicos – só o reajuste do Judiciário poderá custar R\$ 36 bilhões a mais até 2019 – foi adiada por falta de quórum e, se depender de alguns deputados capixabas, deve ser decidida hoje só após o julgamento das contas de Dilma no TCU, marcado para as 17 horas – embora a sessão no Congresso esteja marcada para as 11h30.

Ministros do TCU já falam em votar com o relator, pela rejeição. "Foi uma derrota para o governo. Amanhã (hoje) a Casa estará cheia, mas pode ser que a sessão atrase, e dê tempo de resolver a vida da Dilma no TCU", avaliou o deputado Max Filho. Ontem, só 162 deputados marcaram presença.

Segundo o deputado Carlos Mannato, a intenção da oposição em não analisar os vetos é desgastar a já desgastada imagem do governo. Um dia de cão está à espera de Dilma hoje.

* * *

Inadimplente não vota!

Os advogados inscritos na OAB-ES têm até o próximo dia 19 para regularizar a situação financeira, na seccional capixaba, para que possam estar aptos a votar nas eleições para o comando da Ordem.

A eleição da Ordem será no dia 19 de novembro e o advogado deve ir pessoalmente à tesouraria da entidade ou a qualquer subseção.

Filho de Petri na disputa

Passados quase 15 dias da morte do pai, o advogado Fabrício Petri, filho do ex-prefeito de Anchieta Edival Petri, lança seu nome como pré-candidato a prefeito do município.

Fabrício é filiado há 10 anos ao PMDB e sempre coordenou as campanhas do pai. "Ele está atendendo a um clamor popular para continuar o legado", disse um amigo da família.

* * *



Crise hídrica na Assembleia

A crise da água chegou aos gabinetes da Assembleia. Os 30 deputados receberam um comunicado de que cada gabinete só terá direito a dois galões de 20 litros de água por semana. Se acabar antes, o deputado e a equipe terão de tirar dinheiro do próprio bolso para matar a sede nesse calor!

Peritos querem autonomia

Os peritos criminais federais querem se desvincular das polícias civil e federal. O objetivo, segundo a categoria, é garantir a isenção durante investigações científicas de crimes.

Para que haja a autonomia, eles apoiam a PEC 117/15, que tramita na Câmara Federal e propõe a desvinculação. Ela foi apresentada pela CPI Jovem, que apurou o envolvimento de policiais em crimes apurados pela perícia.

* * *

Reunião sobre ida de Ricardo ao PSDB é adiada

Estava marcada para ontem, mas foi adiada para semana que vem, reunião entre o senador Aécio Neves e os tucanos Luiz Paulo Vellozo Lucas, o deputado Max Filho, o vice-governador César Colnago e o presidente estadual Jarbas Assis. Entre os assuntos tratados, estariam as articulações para a pré-candidatura à Prefeitura de Vitória e a possível ida do senador Ricardo Ferraço para o ninho. Questionado, Ricardo desconversou: "Não estou sabendo de nada".

GALERIA

E O PÓ PRETO?

A CPI do Pó Preto da Assembleia apresenta hoje, às 13 horas, o relatório final da CPI que, nos últimos 180 dias, investigou a emissão de pó preto na Grande Vitória. É aberto ao público.

CAMINHADA DAS PODEROSAS

A deputada Raquel Lessa participou de uma caminhada de 4 km, em Alto Rio Novo do Sul, de conscientização ao câncer de mama.

LION, O COWBOY DO PRP

E na sua meta de filiar famosos e

subcelebridades, o PRP anunciou a chegada de Lion, o Cowboy Sertanejo, em seus quadros na Serra. De acordo com o partido, ele vai disputar uma vaga na Câmara da Serra.

DESAPEGA

Apesar de ter feito requerimento na sexta-feira pedindo a mudança, o deputado Marcos Bruno (Rede) ainda aparece com o antigo partido (PRTB) no painel da Assembleia.

DIA DO PREFEITO...

...E nada a comemorar!